

# Empresários: morosidade da Constituinte aprofunda crise

BRASÍLIA — Lideranças empresariais na Constituinte apontam o atraso nas definições do novo texto constitucional e a ausência de medidas mais arrojadas na área econômica como os principais fatores determinantes do baixo nível de investimentos no País. O quadro de semiparalisação no setor preocupa muito, já que o Governo não acena com novas decisões no campo econômico para o combate ao déficit público. Já o atraso no calendário da Constituinte provoca um clima de profunda insegurança entre os investidores.



Afif Domingos (PL): 'O País está parado, à espera de definição política'

Segundo o Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco (PMDB-SE), o reflexo destes dois fatores na economia do País pode ser avaliado com base no índice de crescimento registrado em fevereiro, que foi de oito por cento negativos, mostrando o enfraquecimento do poder aquisitivo da população.

Há setores que estão sentindo muito os efeitos deste quadro de indefinições, como é o caso da indústria de bens de capital, que depende diretamente dos investimentos do Governo — garante Albano.

O Deputado Afif Domingos (PL-SP), ex-Presidente da Associação Comercial de São Paulo, afirma que o País está parado, aguardando não só a nova Constituição, como uma definição do quadro político.

Ninguém vai se arriscar a investir em um País, no momento em que o Governo demonstra hesitação e ineficiência para contornar os seus problemas de caixa — afirma Domingos.

Segundo o parlamentar, a ausência de recursos para a modernização de diversos setores do País está trazendo graves consequências para a população. E aponta, como exemplo, o grau de deterioração dos serviços públicos:

— Basta pegar um telefone para

fazer um interurbano, e se tem a medida do que a falta de recursos está acarretando nesta área. E o mesmo ocorre nos Correios.

Afif Domingos diz que os congelamentos de preços promovidos pelo Governo desorganizaram totalmente a economia.

Os preços relativos — diz o Deputado — demonstram que a inflação está corrompendo a Nação. E uma nação só pode readquirir o equilíbrio, quando a sua moeda fica estável.

Na opinião de Afif Domingos, a promulgação da nova Carta não dará nenhuma sinalização de mudança neste quadro, pois não vai contribuir para o combate ao déficit público, que é o fator mais grave a ser corrigido na busca de uma solução para a crise econômica. E ele aponta um outro aspecto negativo, que vem caracterizando a Constituinte:

— Esta vem se revelando a Constituinte mais corporativa da nossa

História. O texto que se está produzindo não é nem estatizante, nem liberal. Espelha interesses das corporações sindicais, estatais, empresariais e da máquina pública. Tudo isso, com um objetivo básico: transferir a conta para a sociedade pagar.

O Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, Deputado Roberto Ponte (PMDB-RS), espera a revisão de alguns dispositivos aprovados no capítulo do Direito Social. Além disso, afirma que as medidas anunciadas pelo Governo no início de abril, para o combate ao déficit público, só podem ser encaradas como o início de um processo saneador da economia. Sem a eliminação dos subsídios e incentivos que oneram o Estado e sem a adoção de medidas mais arrojadas no programa de privatização, ele acha que pouco se estará caminhando para resolver com eficiência os problemas da sociedade brasileira.

## Majoria vê prejuízo em ganhos sociais

SÃO PAULO — A cautela com que os empresários estão encarando a aprovação dos benefícios trabalhistas pela Constituinte pode ser medida pela reação do Presidente da multinacional Rovema, Warter Baur, que veio ao Brasil esta semana para anunciar a implantação de uma subsidiária em São Paulo.

— Lá na Alemanha, nós não conseguimos entender porque a Constituição do Brasil é tão extensa e abrange tantos assuntos — comentou ele.

Baur, que além de proprietário de uma das maiores empresas de máquinas para embalagens do mundo, é professor de Economia na Universidade de Stuttgart, acha que os assuntos relativos ao Direito do Trabalho poderiam ser tratados pela Justiça trabalhista, por exemplo. De qualquer forma, enquanto o novo texto não é definido, ele anuncia que sua empresa investirá no Brasil só o mínimo necessário para se manter no mercado.

Mas o Presidente da Rovema não é o único. E consenso entre empresários brasileiros e estrangeiros que a aprovação da nova Carta aumentará os custos de produção no Brasil, com graves efeitos em termos de mão-de-obra — o que já foi constatado em um estudo encomendado pelo Conselho Nacional da Indústria.

Nem todos, porém, são pessimistas. O Presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Abram Szajmann, por exemplo, acredita que o comércio pode fazer frente à nova Carta, abreviando os custos. Mas isso, desde que o Governo reduza sua interferência na economia, deixando o mercado regular os preços.

Se a economia de mercado prevalecer, a prática vai mostrar se os novos direitos dão certo ou não — afirma o empresário, lembrando que um estudo da federação aponta um impacto de aumento de custos de 31 por cento, em consequência dos direitos trabalhistas aprovados na Constituinte.

Segundo análise de importantes empresas de consultoria, como a Coopers & Lybrand, a indústria e o comércio terão de mobilizar recursos técnicos e treinamento de pessoal para a produtividade e eficiência, com o fim de compensar o aumento de custos.

Criticando o texto detalhista e não genérico e abrangente da nova Carta, o coordenador do grupo 14 da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Roberto Della Manna, vai ainda mais longe. Ele afirma que, do jeito que está, a nova Constituição dificilmente será cumprida e terá pouco tempo de vida.

Fazendo um exercício de cálculo, o empresário Sérgio Quintella, Vice-Presidente do Grupo Montreal e membro do Conselho Monetário Nacional, chegou à conclusão de que um único benefício aprovado na Constituição — o descanso de oito dias para o trabalhador cuja mulher tiver dado à luz — significará um custo para o País de 240 milhões de homens/hora. Isso, segundo ele, equivale a quatro vezes o custo do Pólo Petroquímico que será implantado no Rio de Janeiro.

## Ulysses negocia para apressar votação

O Deputado Ulysses Guimarães está examinando a possibilidade de promover um amplo acordo entre as lideranças políticas para agilizar a votação, no segundo turno, com o objetivo de promulgar a nova Carta no final do semestre. A proposta está sendo articulada pelo Vice-Líder Antônio Brito (PMDB-RS), para quem o ritmo lento das votações enfraquece a Constituinte como instituição.



Ulysses: até hoje, só datas

Desde a sua instalação, em primeiro de fevereiro de 1987, os trabalhos da Constituinte não cumpriram um só dos prazos previstos pelo Regimento Interno ou desejados por Ulysses. Inicialmente, ele anunciava a data de 7 de setembro como a ideal para a promulgação da nova Carta. Mas tantos foram os contratempos que quando o País comemorava o Dia da Pátria, ela mal havia iniciado as votações pela Comissão de Sistematização. Só nesta fase, foram necessários 56 dias para a votação das propostas das comissões temáticas.

Antes, entretanto, de imaginar que a Sistematização se arrastaria por quase dois meses, Ulysses já tinha uma outra data-limite para

dar ao País a nova Constituição: 15 de novembro, coincidindo com os festejos da Proclamação da República. Mas uma vez não foi possível conciliar o ritmo das votações com o desejo de Ulysses.

Sempre na busca de datas significativas para promulgar o novo texto constitucional, começou-se a sonhar com o dia 21 de abril como limite provável. E, de novo, se

alcança mais uma data nacional, o Dia de Tiradentes, sem uma Constituição pronta para ser promulgada. Antes que se aponte, outra vez, para o 7 de setembro, lideranças políticas do PMDB se movimentam para que todo o trabalho possa estar concluído até o final do mês de junho, último prazo anunciado por Ulysses Guimarães.

A razão para fundamentar um acordo entre as lideranças na busca da aceleração dos trabalhos está no próprio Regimento Interno. Sem contar que a cada tema polêmico que entra em votação a Constituinte pára por, no mínimo, 24 horas, o País só terá a nova Constituição em meados do segundo semestre se forem cumpridos à risca todos os prazos previstos no Regimento.

Já em meio ao quarto mês do ano, a Constituinte está longe de ter o seu texto completamente votado neste primeiro turno. Encerrada esta fase, o Relator Bernardo Cabral terá 19 dias para elaborar a redação final do projeto. Em seguida, inicia-se o segundo turno, quando cada constituinte poderá apresentar quatro emendas cada, supressivas ou de correção.

## Dornelles acha que Governo tem receio de perder o poder

Um dos principais artífices do capítulo referente ao sistema tributário da Constituição que está sendo votada, o Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) está convencido de que a grita do Planalto contra os novos critérios de distribuição de tributos não decorre de uma suposta perda de receita —, mas da redução de poderes do Governo "para repartir de forma discricionária os recursos que recebe do povo". As acusações de que os dispositivos aprovados vão prejudicar os Estados do Norte e Nordeste, Dornelles responde evocando a composição das comissões, nas quais o projeto fora concebido.

Aos argumentos de que os governos estadual e municipal não saberão aplicar a receita resultante desta nova forma de partilha dos tributos, Dornelles contrapõe a certeza de que, se isto ocorrer, eles aprenderão com a prática. Mas, novamente exibindo números de seus arquivos, ele questiona a autoridade moral do Governo para fazer esta crítica.

Em 86, o déficit público era de 1,1 % em relação ao PIB. A projeção do déficit para 88 é de 4 %. Ora, nos parece que o Governo federal é que não está sabendo como gastar seus recursos — fustiga.

Os nordestinos podem ficar tranquilos: Francisco Dornelles assegura que os dispositivos tributários aprovados pela Constituinte lhes garantirão algo próximo dos 20 por cento do conjunto de fundos e da arrecadação de impostos, enquanto aos Estados das regiões Sul e Sudeste caberão apenas 10 por cento.

Há um outro ponto do capítulo tributário em que os interesses do Governo irão de encontro à posição dos Constituintes defensores do texto da Sistematização. Dornelles prevê um novo embate quando estiver em votação o dispositivo que retira do Banco Central o direito de fazer empréstimos ao Tesouro Nacional.

Obras que não estiverem no orçamento não poderão ser realizadas. Quando a despesa for maior que a receita, o Governo não poderá simplesmente recorrer ao Banco Central — explica.

Imerso nos debates sobre a reforma tributária, Dornelles se afastou das articulações políticas no PFL. Defende, entretanto, a permanência do Senador Marco Maciel na presidência do partido. Ele não confirma nem desmente as versões segundo as quais estaria disposto a fazer parte de uma chapa dissidente na Convenção Nacional da Frente Liberal.

## Brossard: Ordem Econômica mudará

PORTO ALEGRE — O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, prevê mudanças no Título da Ordem Econômica da Nova Carta, fato que, na sua opinião, servirá para corrigir deslizes ocorridos na fase anterior da Constituinte.

Brossard disse discordar das pressões feitas para derrubar conquistas sociais.

Mas também deu a entender que muitas das medidas aprovadas não são verdadeiras conquistas sociais.

— Não acredito no cancelamento de nenhuma conquista so-

cial. Mas é possível que vários deslizes sejam corrigidos — destacou.

Brossard também não quis apontar quais seriam esses deslizes. Disse apenas que pretendia ficar só na tese.

Em comentário sobre o andamento dos trabalhos na Constituinte, reconheceu que eles estão atrasados e disse que o ideal é que "a lei seja boa e bem feita". Para isso, prefere até que ela atrase.

— Prefiro que seja demorada e bem feita do que rápida e mal feita — resumiu.

Esta afirmação desrespeita a inteligência e a competência dos parlamentares nordestinos que, em maioria, compuseram a subcomissão tributária e a comissão de tributos e finanças. Só para lembrar: o relator do projeto foi o Deputado Fernando Coelho, do PMDB pernambucano. Esta argumentação é inaceitável — contra-ataca.

De uma pasta sobre a mesa de trabalho de sua residência, no Jardim Botânico, Dornelles saca um conjunto de documentos, nos quais encontra os números que iriam convalidar a tese de que o Governo, na realidade, teme a perda de poder. O ex-Ministro da Fazenda cria uma situação hipotética para facilitar o raciocínio. Se a reforma tributária tivesse entrado em vigor em janeiro de 87, teriam sido distribuídos aos Estados e Municípios, durante o ano, aproximadamente CZ\$ 30 bilhões. Entretanto, foram repassados na realidade cerca de CZ\$ 49 bilhões.

— Está provado que as autoridades governamentais temem, na verdade, a perda de poder para distribuir, sem nenhum critério, ou melhor, pelo critério do pires na mão, os recursos arrecadados — espeta Dornelles.